



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS	
CEOP	
N.º ÚNICO	526659
ENTRADA / SAÍDA Nº	387 DATA 5/6/2015

Exmo. Senhor Presidente da

**Comissão de Economia e Obras Públicas**

Assembleia da República

Lisboa, 5 de junho de 2015

**Assunto: Requerimento de Audição sobre a situação da ASAE**

São do conhecimento público os alertas da Associação Sindical dos Funcionários da ASAE, relativas a práticas de interferência política gratuita e violação da equidade que deve haver para com todos os operadores económicos, retirando liberdade e autonomia à atuação dos seus agentes. Segundo a associação sindical, há "diversas situações relacionadas com a proibição de os inspetores inspecionarem determinado agente económico, ou ainda o caso em que as brigadas foram mandadas retirar dos locais em que estavam a inspecionar".

Foram referidas já várias situações recentes com este tipo de envolvimento. A primeira terá acontecido após uma brigada da ASAE ter inspecionado uma cooperativa de leite em Portalegre, tendo os inspetores recebido indicações para não darem continuidade ao processo em curso. Ora, não ignoramos as informações tornadas públicas, segundo as quais a fábrica da Serraleite estava desde janeiro sob um processo de compra pelo grupo Jerónimo Martins.

Outras duas situações referem-se a inspeções que iriam ter lugar numa feira de doçaria de Portalegre e na Ovibeja, em que as brigadas receberam instruções para se retirarem por se encontrarem nos locais o Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional e o Secretário de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar. Finalmente, é mencionada uma reunião, promovida pelo Secretário de Estado Adjunto e da Economia, com quadros da ASAE e representantes de um agente económico cujas instalações tinham sido encerradas no âmbito de uma inspeção.

Face a estas denúncias, o Ministério da Economia tomou posição pública com o seguinte teor: "O Ministério da Economia esclarece que é absolutamente falsa e desprovida de qualquer fundamento,

a notícia que denuncia a existência de uma 'lista VIP' da inspeção económica", ressaltando que "em momento algum foi proibida a fiscalização a determinados agentes económicos". No entanto, a posição do Governo alterou-se poucas horas depois.

O Governo acabou por emitir um novo comunicado, afirmando que "atendendo à gravidade destas afirmações, decidiu o ministro da Economia, após audiência com o inspetor-geral da ASAE, desencadear um processo inspetivo, no sentido de se apurar a verdade dos factos e poderem ser tiradas as devidas consequências". Nada foi adiantado de concreto sobre esse "processo inspetivo", nem sobre os termos e o enquadramento em que terá lugar, nem sobre a entidade que o irá conduzir e com que prazos.

Trata-se de uma situação da maior gravidade, que o próprio Governo acabou por reconhecer quando corrigiu a sua posição nos termos que são referidos. Perante este quadro, a Assembleia da República não pode ficar indiferente: tem o dever de acompanhar e conhecer os factos e ouvir os responsáveis em causa. É inaceitável que a Inspeção Económica seja entendida pelos cidadãos como uma realidade implacável para as pequenas e microempresas – e ao mesmo tempo condicionada por interferências políticas/hierárquicas, em benefício de interesses do poder económico.

Neste quadro, importa que a Assembleia da República proceda à apreciação desta matéria, pelo que vimos por este meio requerer a Audição das seguintes entidades:

- Secretário de Estado Adjunto e da Economia
- Inspetor-Geral da ASAE
- Associação Sindical dos Funcionários da ASAE

Pelo Grupo Parlamentar do PCP

Bruno Dias

João Ramos

N.ª Ref.ª 47224-360/INPA/15